



COTIDIANOS CALEIDOSCÓPICOS EM LOBO ANTUNES

KALEIDOSCOPIC DAILY LIVES IN LOBO ANTUNES

Rodrigo Ordine²²

RESUMO

O presente artigo objetiva debater como os romances *O manual dos inquisidores* (1998) e *A morte de Carlos Gardel* (1994), do escritor português António Lobo Antunes, constroem e desenvolvem, através das personagens João e Álvaro, respectivamente, uma compreensão da realidade social onde estão inseridos por meio de um cotidiano objetivado. Essa hipótese será debatida com o auxílio de pressupostos da Teoria da Literatura e da Sociologia do Conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann (1991), procurando, ainda, problematizar como os processos de memória interferem nos discursos que institucionalizam a realidade, transformando, inclusive, memórias em objetos cotidianos.

Palavras-chave: Cotidiano; Memória; Realidade; António Lobo Antunes.

ABSTRACT

*The present paper intends to discuss how the novels *O manual dos inquisidores* (1998) and *A morte de Carlos Gardel* (1994), by the Portuguese writer António Lobo Antunes, construct and develop, through the characters João and Álvaro, respectively, an understanding of the social reality where they are inserted through an objectified daily life. This hypothesis will be debated with the assumptions of Theory of Literature and of Peter Berger and Thomas Luckmann's Sociology of Knowledge (1991), trying to further problematize how the processes of memory interfere in the discourses that institutionalize reality, including transforming memories in everyday objects.*

Keywords: Daily lives; Memory; Reality; António Lobo Antunes.

As obras literárias, de maneira geral, têm sido vistas há muito como capazes de estabelecer uma relação bastante interessante com o mundo que as rodeiam, não só dependendo dele, mas também o representando, analisando, criticando e até o performatizando. Nesse sentido, o “real” ou a “realidade” são bases necessárias para o olhar literário que, de alguma forma, procura lhes dar sentido. E essa “realidade” é, muitas vezes, percebida mais objetivamente através do cotidiano, dos fatos banais e corriqueiros do dia a dia.

O cotidiano tornou-se, assim, um conceito a ser investigado e estudos dedicados à sua compreensão (especialmente nas áreas da Sociologia do Conhecimento e do Construtivismo Social) têm sido incrementados à medida que estudiosos procuram exemplificar como nossa realidade – ou o que apreendemos como realidade – é composta de uma inumerável quantidade de possibilidades interpretativas mediante a tentativa de “olhar” o cotidiano e toda a massa de objetos que o permeiam.

²² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e-mail: ordine@unilab.edu.br. Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa desenvolvido por mim na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) durante a realização do Estágio Pós-Doutoral pelo PNPd/CAPES (2016-2017).



Trabalhos sobre a segunda metade do século XIX demonstram como a necessidade de se conhecer a sociedade e a realidade era algo presente na vida de estudiosos de diversos campos do saber daquele século e dos períodos subsequentes, já que compreender a realidade – segundo o olhar dos oitocentos – era descrever como aquela sociedade vivia, quais seus costumes, que objetos eram utilizados e com qual função, a fim de compreender e interpretar a realidade circundante. Enfim, apreender a realidade era apreender o real através do exterior.

Entretanto, ao se entender a realidade que nos cerca como uma construção proposta por indivíduos sociais ao imprimirem sentido numa série de hábitos que se tornam institucionalizados e plenamente identificados com esse indivíduo, a obra literária passa a ser uma construção que analisa um outro modo de construção, o mundo que conhecemos como real e habitualmente repetido como cotidiano. Assim, o cotidiano é, ao mesmo tempo, campo fértil para que analisemos como os detalhes de um mundo significativo são representativos de uma alternância específica, isto é, a escolha semiconsciente de um campo simbólico para que um “mundo real” seja identificado como verossímil e pertinente.

Para percebermos como esse cotidiano e esse “real” são performatizados por obras literárias, analisaremos duas personagens de dois romances do autor português António Lobo Antunes, a saber: João, de *O Manual dos Inquisidores* (1998); e Álvaro, de *A Morte de Carlos Gardel* (1994).

Do olhar panóptico ao detalhe

O termo panóptico ganhou notoriedade após o trabalho que Michel Foucault fez em *Vigiar e punir* (1975) a partir do conceito já existente de Jeremy Bentham. Embora o estudo de Foucault seja profundo e instigante, não é essa abordagem que faremos aqui. Utilizaremos do recorte proposto por Margaret Cohen (2001), que se dedica, entre outros assuntos, a pensar a representação panóptica do gênero panorâmico.

Sendo assim, inicialmente, dois pontos do trabalho de Margaret Cohen (2001) serão levados a uma consideração maior: a proposta de que o texto panorâmico (advindo do que Walter Benjamin chamou de literatura panorâmica²³, isto é, uma literatura que parte da experiência do dia a dia com mínimas pretensões estéticas transcendentais, caracterizando o gênero cotidiano, composto de obras que procuravam dar uma visão engenhosa e divertida do presente, a fim de caracterizar uma

²³ Verificar em BENAJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.



“realidade” vivida no século XIX) seria caracterizado por uma construção da temporalidade como transformação – expansão e inovação – e justificada pela maneira como os textos panorâmicos se unem numa obra através de uma descontinuidade que seria capaz de captar as descontinuidades existentes na percepção pelos sentidos (visto que, num exemplar de textos panorâmicos, temos a presença de muitos autores que não necessariamente compõem seus textos seguindo uma continuidade a partir de seu antecessor, assim como a própria característica de uma obra escrita por muitos autores diferentes).

Segundo, será interessante observar como essa temporalidade, em sua efemeridade, transporta para o cotidiano, principalmente para os objetos do cotidiano, uma força simbólica altamente atenuadora da necessidade material, através da satisfação psíquica do desejo, tornando o objeto um símbolo concreto de possibilidade de bem estar (muito embora momentâneo) que reside no caráter do próprio gênero do cotidiano: a justaposição de unidades distintivas mínimas. Tais unidades podem ser desde um local geográfico, um evento histórico do passado, um costume ou, até mesmo, um discurso e estão presentes nos textos panorâmicos como características de uma instabilidade referencial produzida por códigos representacionais em mudança constante dentro do escopo de um fluxo narrativo.

Uma das características do gênero panorâmico, segundo Cohen (2001), é a representação panóptica, isto é, um olhar que aborda variados fenômenos, numa mesma narrativa, sobre uma sociedade determinada, que variam de pessoas e lugares típicos, costumes e hábitos, preferências, peculiaridades de comportamento até memórias, num movimento de descrição e classificação. O detalhe, sobretudo os visíveis, é eleito como aquele capaz de favorecer ao leitor o acesso à materialização da realidade de uma sociedade, ao mesmo tempo que a análise desse detalhe serve como chave para se compreender as relações sociais que estruturam o presente, o cotidiano, gerando o já conhecido “efeito de real” (BARTHES, 1988).

Contudo, na escolha de um detalhe a ser enfatizado, reside um processo altamente complexo de seleção, através do qual o “olhar” do observador reserva-se o direito de guiar a atenção do leitor e, posteriormente, a atribuição de significado para aquele detalhe, aquele objeto, gerando uma precisão factual e também um pacto de realidade, que pode ser sintetizado por um exemplo como: “O uso de pince-nez só era feito por aqueles senhores da alta sociedade e não usá-lo (mesmo que não houvesse necessidade) os poria num extrato social mais inferior do que aquele que eles realmente ocupavam. Era assim.”. Ou então uma descrição pormenorizada de como os próprios senhores da alta sociedade se cumprimentavam, o que permitira perceber, somente pela percepção dos gestos, quem

era ou não daquela alta sociedade.

O “pince-nez”, o cumprimento e outros detalhes da vida cotidiana, então, eram objetivados como concretudes, chaves de conhecimento e apreensão de como era a realidade. Entretanto, ao se dizer que “era assim” ou “nós éramos assim”, há a necessidade de uma voz que afirme tal comportamento ou o uso de determinado objeto, e a narrativa desse comportamento ou de como tal objeto era usado necessita, por conseguinte, de uma memória que tenha apreendido o fato, seja como experiência do vivido, seja como narrativa de segunda geração, conhecida porque o “meu pai disse que era assim” ou ainda numa narrativa, a princípio, desconectada de uma fonte: “sabe-se que era assim”.

Hoje, sabe-se que há um aumento na defesa de conceitos que nos permitem relacionar funcionalmente os processos para estabelecer, consolidar e ativar as estruturas cognitivas, mais ou menos estáveis, com o processo global da cognição, para explicar os fenômenos da memória e da recordação como atividades cognitivas e, em consequência, para tratá-los como processos construtivos. Dessa vertente, surge a opinião de que a memória não tem por função primária a conservação de acontecimentos passados, mas permitir ao homem atender às necessidades do presente.

Memória, realidade e suas construções cotidianas

Na rotina social diária, os seres sociais interagem entre si em relações dialógicas, procurando não só manter o real conhecido, mas também estipular relações contingenciais através das quais o ato comunicativo abre espaço para diferentes tipos de construções que, além de dar caráter palpável à realidade que nos cerca, sugere a possibilidade de diferentes escolhas entre mundos outros que, de certa forma, coexistem com outros ainda, num movimento espiralado e infinito de possibilidades de construções simbólicas.

No romance *A Morte de Carlos Gardel* (1994), por exemplo, percebemos que as interações entre as personagens se dão, muitas das vezes, num movimento pseudo-contingencial, ou seja, não apresentando, entre indivíduo A e B, uma interação fértil, já que não possibilita o crescimento e/ou resposta de maneira criativa e realmente contingencial.

As constantes repetições de falas e sucessivas iterações trazem à tona a noção de um ato dialógico em que o outro (o receptor) parece ser destituído de valor significativo, gerando uma manutenção da realidade cotidiana muito mais centrada na contingência de um emissor, que

supervaloriza o seu dizer como aquele único capaz de imprimir sentido e manter o “real” de maneira a satisfazer necessidades do presente, principalmente frente à contraposição ao passado. Obviamente, entretanto, é uma ilusão acreditar na possibilidade de construção de um “real” somente como fruto de uma contingência individual, sem interação face a face. Tanto o é que muitas personagens irão se debater com o outro e as construções de si, sobre si e sobre o outro, através do encaminhar da narrativa antuniana, vendo-se a si e aos outros como uma miríade muitas vezes desfocada, ambígua, sobreposta e confusa. Atos reiterados de construção do passado, nesse contexto, colocam-se como uma alternância²⁴ quase desesperada de se interpretar frente a um mundo construído por si, mas não muito adequado, à primeira vista, aos mundos dos outros que fazem parte dessas interações face a face. O excerto abaixo pode nos ilustrar como esse processo se dá:

Lembro-me de um dia diferente do de hoje, com chuva, o frio grelava-me os ossos até eu entender que não era o frio que me transia, era a cara sem feições emergindo do espelho, até eu entender que fizera um filho a uma estranha, entender que não gostava dela, não gostava do cabelo demasiado louro, da pele demasiado branca, do tabaco que impregnava os recessos de memória, a infância, o meu avô, o cachorro, a Avenida Gomes Pereira, o loendro: (...) (ANTUNES, 1994, p. 18).

Nesse fragmento do primeiro relato de *A Morte de Carlos Gardel*, a personagem Álvaro estabelece um ato monológico de reflexão dentro de dois planos simbólicos iniciais, o presente e o passado e, sucessivamente, de outros planos simbólicos dentro desses últimos maiores.

No presente, a personagem inicia uma injunção de memória para, baseado numa sensação causada por um dia cotidiano, lembrar de um passado marcado pelo dia em que percebe não mais amar sua esposa, bem como a torrente de outras sensações de memória advindas de outros eventos cotidianos, como traços físicos da esposa, da infância, do avô, da cidade...

Além dessa ideia de uma “realidade” não mais agradável, necessitada de reinterpretação, vê-se, também, que a memória não existe em nenhum outro lugar a não ser no estado atual de consciência e em nenhum outro tempo a não ser na hora de sua realização no sistema nervoso. As memórias não são, por conseguinte, lembradas de algum lugar, mas são geradas com base na auto-

²⁴ O termo “alternância” provém do inglês “*alternation*” e configura-se como termo técnico, referente à teoria desenvolvida por Peter Berger e Thoman Luckmann (1991). Basicamente, refere-se à escolha semiconsciente de indivíduos por mundos simbólicos que a ele foram apresentados. Não se pode confundir com “alternância” que, dentro da teoria, pressuporia uma mudança consciente entre alternativas, enquanto alternância pressupõe uma adequação, adaptação, nem sempre relacionada com opções conscientes. A condição social mais importante para alternância é a disponibilidade de uma estrutura efetiva de plausibilidade, isto é, uma base social servindo como o “laboratório” da transformação. Essa estrutura de plausibilidade será mediada para o indivíduo pelos outros indivíduos, com os quais ele deve estabelecer uma forte identificação afetiva. A alternância, então, envolve uma reorganização do aparato dialógico. Os padrões no diálogo significante mudam e, no diálogo com os novos outros significantes, a realidade subjetiva é transformada. O protótipo histórico da alternância é a conversão religiosa.



estimulatividade ou autorreferencialidade do sistema nervoso e acionadas pela atividade das estruturas neuronais como memórias na consciência humana. Logo, nossas memórias não nos fazem conscientes dos acontecimentos passados, mas apenas nos conscientizam daquelas ideias que são assim identificadas, na situação presente, como expressão consciente de acontecimentos passados e, muitas vezes, essas memórias cumprem o papel de gerar adaptabilidade a uma situação presente não mais identificável.

Um exemplo de como a obra literária pode trabalhar esses processos construtivos é a passagem de um dos relatos de João, protagonista de *O Manual dos Inquisidores* (1998), quando, frente a uma pergunta sobre sua mãe, afirma:

eu não sabia de que mãe era porque não me recordo nem da cara, nem da voz nem dos gestos, recordo-me de uma saia clara a descer à pressa os degraus, uma gabardine, um guarda-chuva fechado, fotografias que desertaram dos móveis, quando a Sofia me perguntou, na época em que nos conhecemos. A tua mãe como era? (ANTUNES, 1998, p. 48-9).

João, a personagem, parece construir a sua memória e a sua noção de realidade frente a potentes memórias objetivadas, termo que passo a utilizar para definir o processo altamente complexo de transformação de um objeto numa chave de acesso a uma memória que procurará explicar, adaptar e satisfazer uma necessidade presente de reinterpretação de passado. Os objetos dos quais João se lembra são os objetos da mãe, símbolos que marcaram a saída da mãe de sua casa quando ele era ainda criança, abandonando-o e ao pai para viver com outro homem. O que resta, nessa realidade, é o apagamento do possuidor e a valorização da coisa possuída, criando uma realidade presente que chega à beira da radicalidade, como a própria personagem João esclarecerá logo em seguida: “Nunca tive mãe.” (ANTUNES, 1998, p. 49). A frase dita entre outros recortes de memória apresenta, no mínimo, duas chaves interpretativas: ou nunca se teve mãe para enfatizar o abandono, ou seja, a posse e a falta, ou nunca se teve mãe para demarcar a não existência, a falta de posse e a falta da falta.

Isso gera, como se fosse um ato caótico, sucessivas análises de construções que se mesclam, isto é, a construção de uma memória para que seja possível a construção de uma realidade, levando a um movimento de espiral até que se chegue a um ponto onde só o que é possível é uma reinterpretação desses fatos cotidianos para a tomada de consciência e atitude. O presente que é construído frente a uma interpretação das condições contingenciais atuais é também construído frente a uma outra construção, a do passado, também balizada por esse presente, em que constam os outros que, de alguma forma, são significativos para que essas construções sejam institucionalizadas e identificadas como a “realidade”.



Talvez seja por essa noção de passado que Beatriz Sarlo, em sua obra *Tempo Passado* (2007), afirma que:

...há algo inabordável no passado. Só a patologia psicológica, intelectual ou moral é capaz de reprimi-lo; mas ele continua ali, longe e perto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como a nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar. Não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado por um simples ato da vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente (SARLO, 2007, p. 9).

Ainda mais, a pesquisadora argentina mostra que a lembrança não permite ser deslocada, mas que, pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. “A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra)” (SARLO, 2007, p. 10). Logo, o passado se faz presente e como mostrou Deleuze, a respeito de Bergson, ambos citados por Sarlo (2007), o tempo próprio da lembrança é o presente, isto é, o único tempo apropriado para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o próprio. E mesmo que seja possível não falar do passado, como se dá por decisão familiar, decisão do Estado ou governo que sustente essa proibição, ele só é eliminado de modo aproximativo ou figurado, a não ser que se eliminem todos os sujeitos que o carregam.

É nesse movimento caleidoscópico, quando o olhar interpretativo é alterado com base na própria condição dos eventos cotidianos que o objetivo cotidiano passa a ser reinterpretado e adaptado para um fim específico: gerar um plano simbólico mais de acordo com a reflexão contingencial semiconscente proposta.

Nesse contexto, a percepção dos objetos e dos eventos cotidianos é moldada não para a construção de um “real” fixo, mas sim para um “real” que gera a ideia de fixação momentânea, ou seja, um plano simbólico que, no agora, parece estar de acordo com os desejos da personagem nesse presente, mas que frente a uma situação interativa não esperada, rui e abre caminho para uma reinterpretação. No romance *A Morte de Carlos Gardel* (1994) a insatisfação da personagem Álvaro com o casamento é expressada da seguinte maneira:

- O que foi?
- Nada, dorme, nada.
- O que foi?
- Já não gosto de ti, desculpa, acho que nunca gostámos um do outro, acho que nunca gostei de ti e a cara, com um resto de vomitado no queixo, em busca da minha imagem por detrás da sua
- Como?
- e eu, no pijama idiota
- Nunca gostei de ti, podia dizer que gostei, que ainda gosto mas mentia, não era amor, era outra coisa, sentámo-nos ambos sozinhos e eu não sabia o que fazer, éramos novos demais



e a tua mãe, para o espelho porque eu deixara de existir, transformado numa confusão de traços sobrepostos

- E agora é que descobriste isso? (ANTUNES, 1994, p. 18)

Três vozes podem ser percebidas nessa citação: o marido, a esposa e o filho de ambos. Contudo, a relação entre as interações face a face é percebida num movimento que parece randômico, mas estabelece uma construção complexa de interações didáticas : a) o marido com a esposa; b) o marido consigo mesmo; c) o marido com o filho; e d) a esposa com o marido. Logo, as interações perfazem diferentes atos dialógicos, todos pautados por uma necessidade de interpretação de um plano simbólico; atos dialógicos que são modalizados por um plano simbólico que, no presente do marido-personagem, parece não mais causar identificação.

A própria noção de “confusão de traços sobrepostos” sentida pelo marido-personagem representa a ideia da necessidade de uma alternância para que a realidade presente possa ser não mais sentida como não-identificável ou não-representativa de um presente, de um cotidiano que não é mais significativo para tal personagem.

É também nesse sentido que os estudos de Peter Berger e Thomas Luckmann (1991) nos encaminham para que se pense a “realidade” como um ato de construção, um intenso processo de institucionalização de uma rotina que se tornará, baseado em socializações primárias e secundárias, o que se conhece como “real”. Esse “real”, como fruto de um ato construtivo, nada mais é, então, que a condição de um mundo no qual vivemos e que é mantido por uma comunidade social que lhe aplica sentido à medida que o modula frente a conceitos e identificações pessoais e nas interações face a face.

O diálogo, como ato comunicativo capaz de confirmar o mundo em que se vive, será a arma que o ser social se utiliza para, além de manter o mundo como algo “real”, estabelecer eventos comunicativos dentro de uma circunstância contingencial específica.

Sendo o diálogo o veículo mais importante de manutenção da realidade, podemos ver a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparato dialógico, que mantém, modifica e reconstrói, continuamente, a realidade subjetiva. O diálogo significa principalmente que as pessoas falam umas com as outras. Isso não nega o peso da linguagem não-verbal, mas a questão da fala possui mais intensidade, visto que é importante para demarcar que a maior parte da manutenção da realidade no diálogo é implícita, não explícita. Isto é: a maior parte do diálogo não define em muitas palavras a natureza do mundo, ao contrário, ocorre tendo como pano de fundo um mundo que é aceito como verdadeiro tacitamente.

Por trás desse veículo de manutenção da realidade está a ideologia. Essa é a base para que o discurso que não explica o mundo, apenas concorda com ele, seja aceita tacitamente, levando o indivíduo a certas atitudes pertinentes à realidade repetida e rememorada pela fala, pelo discurso.

Ao mesmo tempo que o aparato dialógico continuamente mantém a realidade, continuamente também a modifica. Certos pontos são abandonados e outros acrescentados, enfraquecendo alguns setores do que ainda é tomado como evidente e reforçando outros. Além disso, Berger e Luckmann (1991) apontam que o diálogo tem uma outra característica:

Essa potência do diálogo de gerar realidade já é algo reconhecido de fato na objetivação linguística. Nós temos visto como a linguagem objetiva o mundo, transformando o *panta rhei* da experiência em uma ordem coesa. No estabelecimento dessa ordem, a linguagem torna real o mundo, no duplo sentido de apreendê-lo e produzi-lo (BERGER; LUCKMANN, 1991, p. 149).

Assim, o modo fundamental de manutenção da realidade é o uso contínuo da mesma linguagem para objetivar a reveladora experiência biográfica. Num sentido mais amplo, todos os que empregam a mesma linguagem são outros mantenedores da realidade.

Em se tratando das situações de crise, os procedimentos são essencialmente os mesmos da manutenção da rotina, exceto que as confirmações da realidade têm que ser explícitas e intensas. Frequentemente, são trazidas à tona técnicas rituais para fazer esse papel. Os autores explicam como isso se dá:

Embora o indivíduo possa improvisar procedimentos de sustentação da realidade em face da crise, a própria sociedade institui procedimentos específicos para situações reconhecidas como capazes de implicar o risco do colapso da realidade. Nestas situações pré-definidas acham-se incluídas certas situações marginais, das quais a morte é de longe a mais importante. [...] Por exemplo, os rituais coletivos de conservação da realidade podem ser institucionalizados para ocasiões de catástrofe natural e rituais individuais para épocas de infortúnio pessoal. Ou, de acordo com outro exemplo, podem ser estabelecidos procedimentos conservadores da realidade para enfrentar estrangeiros e sua ameaça potencial à realidade “oficial” (BERGER; LUCKMANN, 1991, p. 207)

Voltando à personagem Álvaro de *A morte de Carlos Gardel* (1994), a narrativa apresenta, após a entrada da personagem no hospital e a descrição do ambiente, o quarto onde está seu filho, Nuno, que funciona como o interlocutor das falas do narrador. Logo em seguida, Álvaro diz: “adiando o inevitável instante de me aproximar de ti, e nisto recuei vinte e cinco anos, eram três da madrugada de domingo e choravas, levantei-me e caminhei para a tua cama a manquejar de cansaço, o halo da rua coagulava nas vidraças como um anjo numa cruz, e a voz de tua mãe” (ANTUNES, 1994, p. 17). Nesse recuo de tempo, a cena do filho doente quando menino e da esposa também é entrecortada por outras memórias, sua profissão, colegas de trabalho, o encontro primeiro com a mãe de Nuno, e o



medo. E parece ser esse medo que liga o passado e o presente: “e eu sobre a tua cama como daqui a pouco, aterrado, como daqui a pouco” (ANTUNES, 1994, p. 17). O futuro (o daqui a pouco) aparece justamente na relação entre um passado e um presente e esse futuro também é de medo. Entrecortando novamente, mais memórias emergem, e passado e presente se mesclam ainda mais: “apesar de estarmos longe da noite agora, apesar de ser uma ou duas da tarde” (ANTUNES, 1994, p. 17).

Em sequência, na narrativa, Álvaro relembra o momento que soube que sua esposa estava grávida de Nuno. Essa lembrança é representada pelo momento em que, olhando para o espelho e desviando o olhar da esposa, Álvaro busca a si próprio. Contudo, esse “eu” parece apagar-se frente à incompreensão da situação: “[...] e a tua mãe para o espelho porque eu deixara de existir, transformado numa confusão de traços sobrepostos” (ANTUNES, 1994, p. 18). A imagem do espelho não somente é a imagem de Álvaro e Cláudia, a esposa, mescladas e sobrepostas, mas a própria imagem da incompreensão. Nesse sentido, não basta que se analisem as memórias de Álvaro a fim de gerar uma cronologia de vida. Embora com algumas referências temporais, não é o próprio tempo o que se questiona na fala de Álvaro, mas sim a impossibilidade de conforto, de rememorar fatos que justifiquem o estado atual, do presente, ou seja, numa realidade difícil de se viver.

No que se refere a João, também podemos observar uma personagem perdida entre cronologias do vivido e da memória, buscando constantemente apaziguar experiências cotidianas que se entrelaçam pela incompreensão ou desconforto causados por uma realidade apresentada. Tendo como referência um jogo de sueca do qual João participava com o pai e outros homens, a experiência relatada é a seguinte:

uma ocasião o meu pai largou o escritório para assistir ao parto de um bezerro e ficamos sozinhos um defronte do outro, a minha irmã e eu, ela a ajeitar os óculos com o mindinho e a agarrar-se ao corrimão da mala e eu a coçar o umbigo, como dois doentes numa sala de espera, dois desconhecidos num elevador, começou a tornar-se difícil respirar, o teto baixava, as paredes apertavam-nos, o relógio da estante era um globo gigantesco, a minha irmã abriu a mala e principiou a refrescar-se com um pedaço de cartão, tirei o lenço da algibeira e assoei-me, o colar dela sufocava-a, a gravata sufocava-me, sentia as vértebras molhadas, o cabelo molhado, um desconforto de fritos ou de salada de polvo no estômago, destranquei a janela, a troça dos corvos rebentou-se na cara, o meu pai escorregou da cadeira de engraxador quando o ás de trunfo abafou o rei e a manilha, o camponês de bata distraíndo-nos para evitar perder o jogo (ANTUNES, 1998, p. 51-2).

Como se observa, pelo menos duas memórias elementares são contrastadas: a visão do parto de um bezerro e o jogo de sueca. Curiosamente, o contraste não é por oposição e sim por similaridade: embora se trate de dois eventos cronológicos e experiências diferentes, o resultado gerado pelas experiências (o desconforto, o suor...) é o mesmo e é esse resultado que liga as vivências. Além disso,



ao acompanhar o desenrolar do capítulo, o pai de João terá um problema de saúde. Dessa forma, três eventos se conectam pela mesma sensação gerada: da banalidade dos eventos, a memória é ativada e espalha-se como uma rede de fios infinitos, gerando quadros sobrepostos e transparentes – todos estão ali, mas não se vê o todo a não ser que cada quadro seja ligado ao outro por qualquer objeto-chave que acessa e conecta os quadros, mas não os une num todo unitário. Curiosamente, o objeto-chave é a sensação de desconforto, uma forma altamente requintada de objetivação da memória.

Sendo assim, João e Álvaro, as personagens dos romances abordados, são – a meu ver – excelentes exemplos literários de indivíduos que se utilizam de mecanismos extremamente complexos de reinterpretação de suas contingências e dos elementos representativos desse cotidiano, sejam eles seres humanos, objetos propriamente ditos, memórias e atos dialógicos, demonstrando um movimento altamente performático de construções sucessivas em constante conflito no plano das interações face a face.

Além desse cotidiano objetivado, a memória também está para ser reflexionada como uma memória objetivada nesse cotidiano, a qual também é construída, via narrativa, pelas personagens dos romances *O Manual dos Inquisidores* e *A Morte de Carlos Gardel*, de Lobo Antunes, tendo-se em vista, ainda, que mesmo que via memória algo seja presentificado, é certo que sempre se sabe muito pouco, é certo que o que se sabe tem a fragilidade de um discurso que pode ser esquecido, isto é, despresentificado e que, por isso, é preciso voltar a ele repetidas vezes, como se fugindo da corrosão do saber que começou a ser construído, tomando, para tal, a memória como objeto cotidiano reiterado, uma nova materialidade que o detalhe acumula sobre o conhecido, demonstrando não apenas que “isto foi feito”, mas também que “isto pôde (e pode) ser feito”.



Referências

- ANTUNES, António Lobo. *O Manual dos Inquisidores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- ANTUNES, António Lobo. *A Morte de Carlos Gardel*. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1994.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- COHEN, Margaret. A Literatura Panorâmica e a Invenção dos Gêneros Cotidianos. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. (Orgs.) *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

[RECEBIDO: 27/07/2017]

[ACEITO 08/05/2019]